

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.104 - SC (2019/0354121-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : DANIELA CRISTINA MARQUES (PRESO)
ADVOGADO : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM - SC011253
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **DANIELA CRISTINA MARQUES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que a recorrente foi presa preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 2º, c.c o §§ 2º e 4º, I e V, da Lei n. 12.8750/2013. O pleito de concessão de prisão domiciliar foi indeferido.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *habeas corpus*, alega a recorrente ter um filho com 5 anos de idade, inteiramente dependente de seus cuidados, o que lhe assegura a prisão domiciliar, nos termos do art. 318, III e V, do CPP e jurisprudência dos tribunais superiores.

Requer, liminarmente e no mérito, concessão de prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem denegou a ordem por se tratar de mera reiteração de pedido formulado em outros *habeas corpus*, *in verbis*:

"A denegação da ordem é medida de rigor.

Isso porque, conforme destacado quando da apreciação do pedido liminar, verifica-se que a tese atinente à possibilidade da substituição da segregação preventiva por domiciliar já foi objeto de apreciação nos julgamentos dos *Habeas Corpus* n. 40035930-41.2018.8.24.0000 e *Habeas Corpus* n. 4005979-65.2019.8.24.0000 (reiteração de pedido), ambos de minha relatoria, *in verbis*:

HABEAS CORPUS - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI N. 12.580/2013) - PRISÃO PREVENTIVA - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO POR SEGREGAÇÃO DOMICILIAR - FILHOS MENORES - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA GENITORA AO LADO DOS INFANTES E/OU QUE NÃO ESTEJAM RECEBENDO OS CUIDADOS NECESSÁRIOS PRÓPRIOS DA IDADE - DEMONSTRAÇÃO DE QUE A PROLE ESTÁ SOB A ORIENTAÇÃO E ZELO DA IRMÃ DA PACIENTE - ORDEM DENEGADA. (*Habeas Corpus* (Criminal) n. 4035930-41.2018.8.24.0000, de Chapecó, j. em 15-1-2019).

HABEAS CORPUS - CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - PRISÃO PREVENTIVA -

Superior Tribunal de Justiça

POSSIBILIDADE DA SUBSTITUIÇÃO POR
SEGREGAÇÃO DOMICILIAR - MATÉRIA EXAMINADA
EM WRIT JULGADO ANTERIORMENTE - AUSÊNCIA
DE ALTERAÇÃO NAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS -
ORDEM DENEGADA. (*Habeas Corpus* (Criminal) n.
4005979-65.2019.8.24.0000, de Chapecó, j. em 26-3-2019).

Registre-se, ademais, que desde o último julgamento colegiado não houve mudanças significativas no quadro fático-processual suficientes para viabilizar eventual soltura da paciente.

À vista do exposto, o voto é no sentido de denegar a ordem" (e-STJ, fls. 68-69).

Como se verifica, o pedido de prisão domiciliar não foi analisado no **acórdão impugnado**. Dessa forma, é inviável o exame do alegado constrangimento ilegal imposto à recorrente quando não se tem conhecimento das razões que negaram o benefício em questão (HC 376.650/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 22/2/2017).

Ademais, cumpre ressaltar que a parte deixou de colacionar ao feito o anterior julgado apontado pela Corte de origem no qual foi apreciado e denegado o pedido de prisão domiciliar.

"O rito do *habeas corpus*, e do recurso ordinário em *habeas corpus*, pressupõe prova pré-constituída do direito alegado. É ônus da defesa, especialmente quando se trata de profissional da advocacia, instruir corretamente a ação constitucional com toda documentação necessária à apreciação das alegações nele formuladas no momento da sua apresentação, não se admitindo a posterior juntada de documentos imprescindíveis ao exame do pedido." (AgInt no HC 542.253/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2019, DJe 28/11/2019).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator